

ANEXO I

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Introdução

As transformações experimentadas pela economia mundial nas duas últimas décadas do século XX, mais especialmente a partir dos anos 90, produziram mudanças substantivas tanto na dinâmica quanto na geografia urbana das grandes cidades, algumas delas passando a ser consideradas ou pretendendo ser “cidades mundiais”.

Nas metrópoles do mundo não desenvolvido, esse conjunto de transformações, já consagrada e denominada “globalização”, se objetiva na intensificação de uma configuração dual, em que as diferenças se aprofundam e riqueza e pobreza extremas convivem lado a lado, segregando, quase que exclusivamente pelo endereço, excluídos de incluídos.

Em nosso país, São Paulo constitui seguramente o exemplo mais bem acabado desse mundo dual produzido pela globalização, na qual o país foi celeremente inserido desde o início dos anos 90, com a adoção definitiva da agenda neoliberal, pelo governo central. De um lado temos um arremedo de cidade global, com elites internacionalizadas, procurando se proteger da violência gerada pelo crescimento da miséria, enclausurando-se em supostas redomas, em que a vida seria “de primeiro mundo”; de outro a pobreza em grande escala das enormes áreas periféricas, regiões superpovoadas, em total desamparo, esquecidas pelo poder público, dilaceradas pela violência e onde o que impera é o desalento.

Nesse contexto, por piores que sejam suas condições financeiras, o que cabe ao poder público municipal é tentar minimizar e, se possível, reverter, esses resultados perversos, que impedem que a cidade seja um espaço de convívio civilizado, humano e solidário. É só com a atuação firme e decidida do poder público, tanto mais fortalecida quanto maior for a participação da população no curso de suas decisões, que torna-se possível enfrentar a força descomunal das tendências produzidas pelo processo de globalização e pelas políticas econômicas dele derivadas.

Os investimentos que se espera fazer ao longo dos próximos quatro anos, bem como os programas de duração continuada que se espera implementar nesse período, e cujas cifras constam do presente Plano Plurianual, têm, portanto, como seu princípio básico, minimizar a exclusão social que vitima parte substantiva de sua população. Reverter, ainda que parcialmente, esse quadro, implica não só aumentar a quantidade dos equipamentos públicos prestadores de serviços à população, como garantir as condições para seu pleno funcionamento e para a melhora da qualidade dos serviços prestados. Implica ainda implementar programas que reduzam as disparidades de renda e qualifiquem a população mais marginalizada para enfrentar as demandas de um mercado

de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. Implica também recuperar minimamente, da degradação a que foram submetidas nos últimos anos, as condições físicas da cidade, seus espaços públicos e o transporte coletivo, além de criar condições para o equacionamento do problema habitacional, seguramente um dos mais sérios da cidade. Implica finalmente resgatar a autoestima do morador de São Paulo, particularmente aquele das áreas de maior exclusão, criando e aprimorando mecanismos de participação popular nas decisões que envolvem os recursos públicos.

As considerações que se seguem visam apresentar, de modo mais detalhado, a situação sócio-econômica do município de São Paulo. Assim, apresentamos uma radiografia do perfil produtivo da cidade, bem como de sua evolução recente. Apresentamos também dados agregados sobre o perfil de sua população, tanto no que diz respeito à sua composição etária, quanto no que concerne a índices de exclusão regionalizados. Finalmente apresentamos um breve diagnóstico dos setores em que atua o poder público municipal.

Esse conjunto de informações mostra-se de extrema importância, não só porque permite visualizar concretamente a situação sócio-econômica dual da cidade, que acima indicamos, como porque são as considerações sobre essa realidade concreta que nos levam a propor o Plano Plurianual nos termos em que ele aqui vai apresentado.

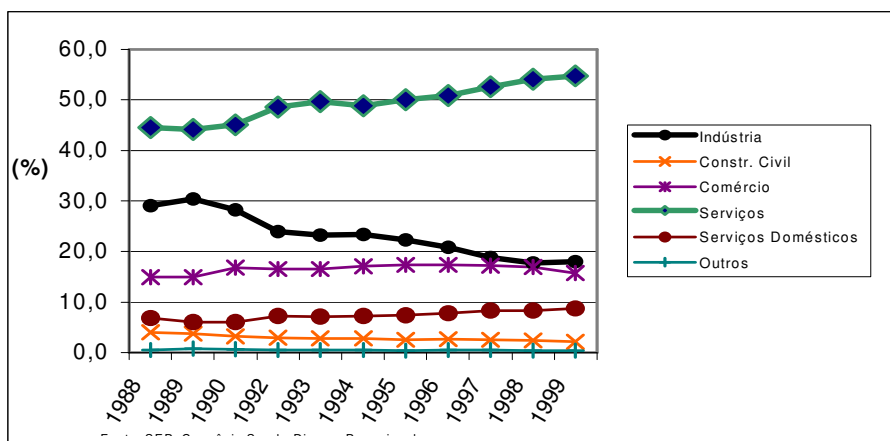
1. Perfil Produtivo: atividade econômica, emprego e renda

Como indicamos acima, as enormes transformações experimentadas pela economia mundial nas duas últimas décadas tiveram conseqüências de variada ordem, dentre as quais uma mudança substantiva na dinâmica econômica das grandes cidades. Dentre os traços que mais se destacam nesse conjunto de mudanças, está o processo de desindustrialização e de reestruturação produtiva, que acabou por conferir a esses grandes espaços urbanos um perfil produtivo fortemente concentrado no setor terciário. Muitas das alterações recentes da geografia urbana dos grandes centros, verificada em vários países do mundo, decorreu da disposição dos setores privado e público de transformá-las em poderosos centros financeiros, de consumo e de entretenimento.

São Paulo não foi exceção a essa regra. A despeito da importância que ainda detém o setor industrial, é inegável que o setor de serviços vem crescendo em importância em nossa cidade. O gráfico I abaixo mostra a distribuição dos ocupados no município de São Paulo no período 1988-1999, onde fica evidenciada essa tendência. Além disso, dados da RAIS indicam que, em 1998, dos 504 estabelecimentos com mais de 500 empregados, apenas 122 são do setor industrial, enquanto que os do comércio e serviços somam 382.

Gráfico I

Distribuição dos ocupados segundo ramos de atividade Município de São Paulo – 1988 / 1999



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A face perversa desse processo, movido tanto pelos imperativos tecnológicos quanto pela política econômica do governo federal, foi o crescimento acelerado do desemprego, além da precarização das relações de trabalho e do aumento de sua informalização. A tabela 1 abaixo mostra, com dados do Dieese, que, ao longo dos anos 90, a taxa de desemprego no município de São Paulo praticamente dobrou, informação também apresentada no Gráfico II.

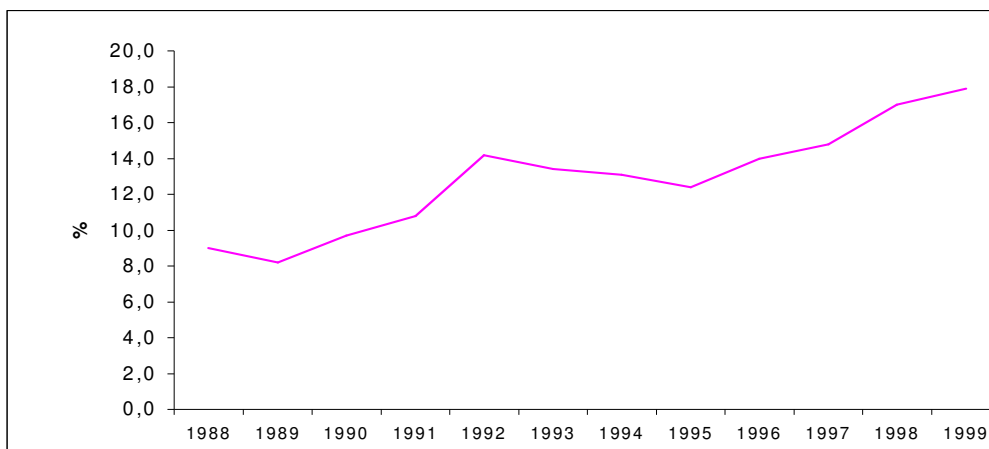
Tabela 1

Distribuição da População em Idade Ativa, segundo situação ocupacional Município de São Paulo - 1990/1999 (%)

Situação ocupacional/ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
População em Idade Ativa	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pop. Econ. Ativa	60,8	s.i	61,9	61,8	61,3	61,5	62,4	62,3	62,4	62,9
Ocupados	54,9	s.i	53,1	53,5	53,3	53,9	53,7	53,1	51,7	51,7
Desempregados	5,9	s.i	8,8	8,3	8,0	7,6	8,7	9,2	10,7	11,2

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.
s.i.: sem informação.

Gráfico II
Desemprego no Município de São Paulo – 1988 / 1999



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A tabela 2 mostra outros dados sobre mercado de trabalho, incluindo também a Região Metropolitana de São Paulo, e que apontam na mesma direção: crescimento do desemprego e queda do rendimento médio real, particularmente nos setores industriais (indústria de transformação e construção civil).

Tabela 2
Desemprego total, rendimento médio real e distribuição dos ocupados por setores de atividade

Região Metropolitana e Município de São Paulo - 1988 / 1999

	Região Metropolitana			Município de São Paulo		
	1988	1999	Variação 1988/1999	1988	1999	Variação 1988/1999
Desemprego	11,10	21,80	96,40%	9,00	17,90	98,89%
Rendimento médio real*	971,00	868,00	-10,61%	1021,00	962,00	-5,78%
Indústria	32,20	19,60	-39,13%	29,10	18,00	-38,14%
Comércio	14,10	16,10	14,18%	14,90	15,80	6,04%
Serviços	41,60	52,70	26,68%	44,50	54,80	23,15%
Construção civil	4,30	2,30	-46,51%	4,00	2,20	-45,00%
Serviços domésticos	6,90	8,90	28,99%	6,80	8,80	29,41%

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego
 (*) Valores de nov/99

Cumpra ainda frisar que o perverso processo de dualização da cidade, decorrente tanto de fatores relativos à nova dinâmica do capitalismo, quanto da política econômica do governo central, foi potencializado pela ausência, nos últimos anos, de um poder local ativo e socialmente balizado, gerando uma situação de acúmulo de déficits de variada ordem que, no limite, ameaçam a própria sobrevivência do município como pólo econômico.

Essa dualização fica claramente configurada quando observamos os índices de exclusão e a densidade demográfica das várias regiões da cidade. Se tomarmos os índices de exclusão relativos a desenvolvimento humano (IEX-DH), estimados pelo “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo – 2000”, elaborado sob a coordenação da Vereadora Aldaíza Sposati, perceberemos que, dos 96 distritos da cidade, apenas 29 não os têm negativos, e estes agregam, em seu conjunto, apenas 2,1 milhões dos 10,4 milhões de habitantes da cidade. De acordo com esse índice, portanto, 4/5 da cidade é composta por excluídos. Se considerarmos as áreas de exclusão absoluta, onde o IEX-DH se aproxima de -1 , chegaremos a 30 distritos, que conjuntamente abrigam cerca de 4,5 milhões de pessoas.

A situação não é muito diferente quando consideramos os índices de exclusão por renda existentes no mesmo Mapa. Sob esse critério contamos, dentre os 96 distritos da cidade, 25 distritos com índices de exclusão acima de 50%, mas nesses 25 distritos vivem cerca de 4 milhões de pessoas. Não por acaso, a coincidência entre os dois conjuntos de distritos, os 30 com maiores índices de exclusão com relação a desenvolvimento humano e os 25 com maiores índices de exclusão por renda é quase completa. Ainda com relação à renda, os distritos que podem ser considerados como de inclusão social são 42, mas abrigam apenas 3,3 milhões de pessoas, ou seja, sob esse critério, mais de 2/3 da população da cidade tem renda média familiar que obriga a enquadrá-los dentre os excluídos.

Outros dados significativos da situação absolutamente desigual da cidade em termos sócio-econômicos certamente existem, mas esses parecem suficientes para demonstrar a necessidade de o poder público municipal utilizar todas as suas armas para tentar reverter essa situação, associando a dinâmica econômica da cidade com o desenvolvimento social e a redução das desigualdades.

Isto posto, são as seguintes as diretrizes que nortearão as ações a serem desenvolvidas e os correspondentes gastos em investimentos e programas de duração continuada nos próximos 4 anos:

Diretrizes

- potencializar economicamente e tornar socialmente mais justa a arrecadação tributária.
- dirigir o uso dos recursos públicos para projetos com retorno social.

- desconcentrar as atividades econômicas do município, articulando políticas administrativas, de geração de renda e de fomento a atividades locais, valorizando as áreas marginalizadas da cidade e potencializando a inclusão social.
- implementar políticas distributivas e compensatórias, promovendo atendimento integral à população de baixa renda.
- qualificar e requalificar a mão-de-obra, aumentando as oportunidades de emprego da população de baixa renda.
- multiplicar as atividades de geração de emprego e renda, estimulando atividades econômicas intensivas em mão de obra.
- incentivar os pequenos empreendedores viabilizando seu acesso ao crédito.
- incentivar e apoiar a criação de cooperativas de produção e consumo.
- pautar o escopo das ações econômicas municipais na perspectiva da articulação metropolitana.
- desenvolver relações nacionais e internacionais com outras cidades, organismos de cidade, governos nacionais e municipais e instituições multilaterais (BIRD, BID, UNESCO, FAO, OIT, OMS etc.), visando ampliar parcerias e convênios de interesse da cidade.

2. População e Demografia

Os últimos censos demográficos indicam que, até 1980, o crescimento populacional da capital esteve fortemente influenciado pelo processo migratório. A partir de então, a drástica redução de migrantes provocou uma diminuição acentuada no ritmo de crescimento da população – processo que se intensificou no período 1991/2000, cuja taxa de crescimento foi de 0,85 % a.a.

Tabela 3

**População Residente
Município de São Paulo - 1970 / 2000**

Ano	População (habitantes)	Taxa de crescimento No período Anual (%)
1970	5.924.615	
1980	8.493.226	3,67
1991	9.646.185	1,16
2000	10.405.867	0,85

Fonte : IBGE

Considerando-se a diminuição da natalidade de 28,23 nascidos vivos por mil habitantes (em 1980) para 21,65 (em 1996) e a diminuição do saldo migratório que, no período 1991/1980 foi de menos 756 mil pessoas e, no quinquênio 1996/1991, foi da ordem de menos 515 mil pessoas, o crescimento vegetativo é o principal fator de aumento populacional no Município. Do ponto de vista das carências sociais, porém, esses dois fatores, de fato positivos (redução da taxa de natalidade e estancamento do processo migratório), não trazem grande alívio, visto a dimensão dos deficits que se acumularam nas últimas décadas e que os indicadores de exclusão anteriormente comentados tão bem expressam.

Quanto à distribuição espacial da população, o fator mais significativo a destacar é a perda populacional dos distritos mais centrais e o crescimento substantivo das áreas periféricas (particularmente a região Sul, seguida pela região Leste e região Norte), processo esse que tem início nos anos 80. O crescimento dos distritos da periferia é digno de nota, existindo casos, como o do distrito de Anhanguera, em que a população mais do que dobrou no exíguo prazo de 5 anos.

O deslocamento da população residente nos distritos mais centrais rumo às áreas periféricas da capital, ou em direção a outros municípios da região metropolitana, se dá pela conjugação de diferentes fatores. No caso das populações de maior poder aquisitivo temos a deterioração das condições urbanas, principalmente nos distritos da área central, e a transformação no uso dos imóveis, da categoria residencial para a categoria comércio e serviços. No caso das populações de baixa renda, o fator mais importante que tem levado a esse deslocamento é o elevado e crescente custo das moradias nas regiões mais consolidadas e dotadas de infra-estrutura urbana não deteriorada.

Ainda no que diz respeito à distribuição espacial da população, cabe mencionar a existência em nossa cidade de um número de moradores de rua que, se pequeno em termos relativos (0,085% da população total), é substantivo em termos absolutos: uma pesquisa recente elaborada pela FIPE/USP detectou a existência de quase 9 mil pessoas nessa condições.

Do ponto de vista do perfil etário, o primeiro fator a destacar é o envelhecimento da população. Em 1980 a participação da faixa etária "60 anos e mais" no total da população era de 6,3%, porcentagem que passou para 8,6% em 1996. Vale lembrar, porém, que a participação dos grupos etários se dá de forma heterogênea no território municipal. As áreas mais consolidadas, onde vivem as camadas de renda mais elevada, tendem a apresentar maior peso de idosos no total da população residente, enquanto que, nas regiões periféricas, é ainda bastante significativa a participação de crianças e adolescentes.

Outro fator importante a apontar é o processo de feminilização da população, cujo início remonta aos anos 60, mas que tem se intensificado nas últimas décadas. Em 1980 havia, na capital, 95,6 homens para cada 100 mulheres, proporção que passou a ser de 91,0 homens/100 mulheres no ano 2000. Essa característica tende a ser mais acentuada na faixa dos idosos, visto que dados de 1998 indicam que a esperança de vida estimada para o sexo masculino é de 65,2 anos, enquanto que para o sexo feminino é de 74,7 anos.

A situação populacional da cidade, bem como sua distribuição espacial, indicam quais são os grupos populacionais mais vulneráveis, informações essas que indicam as seguintes diretrizes a serem perseguidas nos gastos com investimentos e programas de duração continuada nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- desenvolver programas específicos e políticas compensatórias, visando a redução das situações de risco de crianças e adolescentes, principalmente nas áreas periféricas
- implementar programas específicos, articulando políticas de saúde, lazer e integração da terceira idade, visando atender a população mais idosa
- desenvolver programas, apoiar e incentivar ações que busquem atender a população de moradores de rua

3. Educação

Em consonância com os preceitos da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – o município de São Paulo atua fundamentalmente na educação infantil e fundamental, detendo ainda uma pequena participação no ensino médio. As tabelas a seguir mostram o número de unidades, número de matrículas e participação dos diferentes níveis de poder e do setor privado na oferta de vagas das várias modalidades de ensino.

Tabela 4
Unidades Escolares e Matrículas por Modalidade e Rede de Ensino

Unidades Escolares e Matrículas por Modalidade e Rede de Ensino Município de São Paulo 1999								
Modalidade de Ensino	Rede de Ensino							
	Total		Estadual/Federal		Municipal		Particular	
	Nº de Unid.	Matrículas	Nº de Unid.	Matrículas	Nº de Unid.	Matrículas	Nº de Unid.	Matrículas
Creches	1.336	98.338	3	211	686	81.022	647	17.105
Pré Escola	1.751	289.387	2	214	390	215.034	1.359	74.139
Ensino Fundamental	2.287	1.730.420	980	894.775	401	554.628	906	281.017
Ensino Médio	1.086	599.378	551	483.731	8	5.503	527	110.144
Alfabetização de Jovens e Adultos	59	4.325	1	35	7	798	51	3.492
Ensino Fundamental de Jovens e Adultos	670	155.838	91	20.342	402	119.680	177	15.816
Ensino Médio de Jovens e Adultos	317	64.780	148	41.918	-	-	169	22.862
Suplência Profissionalizante de Jovens e Adultos	48	7.364	9	1.723	-	-	39	5.641

Fonte: Secretaria de Estado da Educação/SE – Centro de Informações Educacionais/CE.
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Departamento de Informações – DEINFO

Tabela 5**Participação Relativa das Redes de Ensino no Total de Matrículas por Modalidade**

Participação Relativa das Redes de Ensino no total de matrículas por Modalidade de Ensino				
Município de São Paulo				
1999				
Modalidades de Ensino	Rede de Ensino			
	Total	Estadual / Federal	Municipal	Particular
	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual
Creches	100,0	0,2	82,4	17,4
Pré Escola	100,0	0,1	74,3	25,6
Ensino Fundamental	100,0	51,7	32,1	16,2
Ensino Médio	100,0	80,7	0,9	18,4
Alfabetização de Jovens e Adultos	100,0	0,8	18,5	80,7
Ensino Fundamental de Jovens e Adultos	100,0	13,1	76,8	10,1
Ensino Médio de Jovens e Adultos	100,0	64,7	-	35,3
Suplência Profissionalizante de Jovens e Adultos	100,0	23,4	-	76,6

Fonte: Secretaria de Estado da Educação / SE - Centro de Informações Educacionais / CIE.

Secretaria Municipal do Planejamento / Sempla - Departamento de Informações / Deinfo.

Ensino Infantil

A rede municipal de ensino reponde por cerca de 76% do total de atendimento no ensino infantil, enquanto que o setor privado responde por aproximadamente 24%. Do total das crianças atendidas 17% estão na faixa entre 0 a 3 anos; 36% tem 4 e 5 anos; 35% tem 6 anos e o restante (12%) tem mais de 6 anos. Em 1999, a municipalidade contava com 686 creches (diretas, indiretas e conveniadas), que atendiam 81 mil crianças. O setor privado participava da oferta de vagas com 647 creches com 17 mil crianças matriculadas.

Na faixa entre 4 a 6 anos de idade há grande número de crianças fora da pré-escola, pois a oferta de vagas nesta faixa é de 64% do total. Verifica-se, entretanto, grande disparidade entre os distritos quanto ao grau de cobertura neste serviço, sendo que os maiores déficits encontram-se nos extremos Leste, Sul e Norte da cidade. A experiência do Orçamento Participativo deste ano de 2001 evidenciou claramente a situação de déficit no atendimento a crianças de 0 a 6 anos no município, visto que essa foi a primeira prioridade na área de educação apontada pela população na enorme maioria dos distritos.

Ensino Fundamental

A oferta de vagas no ensino fundamental pelo poder público corresponde a 84% do total, sendo que 51% pela rede estadual e 33% pela municipal. O setor privado responde por

aproximadamente 16%. Do total das crianças matriculadas, 39% estão na faixa entre 7 a 10 anos e 45% na faixa de 11 a 14 anos. Cabe ressaltar que aproximadamente 16% das matrículas é de jovens de 15 anos e mais. A defasagem entre idade e série no ensino fundamental é significativa. Dos alunos matriculados 23% tem idade acima da ideal para a série cursada. Esta defasagem cresce progressivamente entre as séries do ensino fundamental: 5% na 1ª série, 21% na 4ª série, 36% na 8ª série.

As regiões da cidade com maiores percentuais de defasagem idade/série são as periféricas, sobretudo no Sul e Leste, com 26% cada e Norte com 24%. A taxa de cobertura no ensino fundamental no município de São Paulo está bem próxima da universalização, com 92% das crianças e jovens na faixa de 7 a 14 anos freqüentando a escola. As maiores carências de atendimento localizam-se nos extremos das regiões Leste e Sul da cidade.

Ensino Médio

O Ensino médio, com duração mínima de 3 anos é a etapa final da educação básica e tem por objetivos a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental e a preparação básica para o trabalho e para a cidadania. Ainda não é obrigatória, mas a Constituição determina como dever do Estado sua progressiva universalização.

A rede de ensino estadual é responsável por 80% da oferta total de vagas neste nível de ensino. A prefeitura tem uma atuação restrita, respondendo por menos de 1% das vagas. O setor privado responde por aproximadamente 18%. Do total de matrículas, apenas 53% corresponde a jovens na faixa etária adequada a este nível de ensino (15 a 17 anos). Cerca de 17% das matrículas são de jovens de 18 anos e 30% é ocupada por alunos com 19 anos e mais. A defasagem entre idade e série no ensino fundamental é extremamente elevada. Do total de alunos matriculados, 44%, em média, tem idade acima da ideal para a série cursada. As regiões da cidade com maiores percentuais de defasagem idade/série localizam-se nos extremos Sul, Leste e Norte da cidade, sendo que apenas 52% da população de 15 a 17 anos encontra-se matriculada no Ensino Médio.

Alfabetização de Jovens e Adultos

Destinada a jovens e adultos que não tenham freqüentado ou concluído a escolarização regular na idade apropriada, essa modalidade de ensino é realizada através de cursos ou exames supletivos. Esses cursos concentram-se majoritariamente na rede particular, que responde por 81% das matrículas. A rede municipal atende 18% desses alunos, a rede federal tem apenas uma escola e a rede estadual não oferece cursos dessa natureza. Em 1999, havia, no município, cerca de 4.300 jovens e adultos freqüentando cursos de alfabetização, sendo que os distritos periféricos ao Sul do município detinham o maior contingente desses estudantes (37%), pois é nessa região que concentra-se a maior quantidade de pessoas com menos de um ano de estudo.

Os dados e informações apresentados indicam que as seguintes diretrizes deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada no setor da educação nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- descentralizar equipamentos e serviços.
- ampliar o número de vagas de ensino infantil, com ênfase nas regiões periféricas, visando reduzir o claro deficit existente no município no atendimento a crianças de 0 a 6 anos.
- garantir a efetiva universalização do ensino fundamental.
- garantir o acesso à educação fundamental dos jovens e adultos que não a concluíram, seja nos cursos de suplência nas escolas municipais, seja por meio de programas específicos.
- incentivar a permanência de crianças e adolescentes na escola, por meio de programas específicos.
- garantir a formação permanente dos profissionais de ensino e a avaliação constante das práticas pedagógicas.
- estimular o uso de novas tecnologias, particularmente informática, como instrumentos educacionais.
- fortalecer o Conselho Municipal de Educação enquanto órgão normatizador, fiscalizador e articulador

4. Saúde

Dentre os indicadores mais significativos das condições de saúde de uma população estão os índices de mortalidade, bem como a análise de suas principais causas.

No que diz respeito à **mortalidade infantil**, os dados mostram uma evolução favorável desse indicador nos anos 90, se considerado o município como um todo (vide tabelas 6 e 7 abaixo). Ela declinou de 30,9 por mil nascidos vivos, em 1990, para 16,3 por mil, em 1999, uma queda, portanto, de mais de 40%. Essa taxa, no entanto, é ainda muito superior àquelas existentes nos países desenvolvidos, da ordem de 9,0 por mil.

Tabelas 6 e 7

Taxa de Mortalidade Infantil e Neonatal
Município de São Paulo - 1990/ 1999

Ano	Mort. Infantil taxa por mil nascidos vivos	Mort. Neonatal taxa por mil nascidos vivos
1990	30,90	18,93
1991	26,03	16,98
1992	25,23	16,23
1993	25,67	16,45
1994	23,39	14,75
1995	23,46	14,86
1996	21,63	14,01
1997	19,86	13,18
1998	17,90	11,85
1999	16,29	10,85

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Evolução da Mortalidade Infantil e Neonatal
Município de São Paulo - 1990/ 1999

Ano	Índice mortalidade infantil	Índice mortalidade neonatal
1990	100,00	100,00
1991	82,85	87,75
1992	79,74	83,27
1993	86,95	90,47
1994	80,46	82,42
1995	79,54	81,80
1996	75,48	79,38
1997	71,08	76,57
1998	64,54	69,40
1999	58,35	63,07

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Além disso, a evolução favorável da taxa média do município esconde desigualdades significativas aí existentes e que aparecem quando o dado é focado sob o ângulo local, ou seja, desagregado para os distritos municipais. Em 39 dos 96 distritos da cidade, a mortalidade infantil situa-se acima da média observada para o município, sendo que, em 11 deles, as taxas apresentam valores acima de 20 mortes por mil nascidos vivos (23,6 por mil na Vila Curuçá). No extremo oposto, 7 distritos apresentam taxas inferiores a 9 mortes por mil nascidos vivos (5,3 por mil no Jardim Paulista), padrão que corresponde à situação verificada nas áreas mais desenvolvidas do globo.

Os fatores que determinam a taxa de mortalidade infantil são de variada ordem. Assim, mesmo no caso de populações de nível de renda extremamente reduzido, ações localizadas de educação sanitária ou voltadas para cuidados pré e pós-parto incidem significativamente em sua redução. Dessa forma, as taxas mais elevadas são encontradas não apenas nas áreas mais pobres, onde é maior a proporção de moradias precárias (favelas, cortiços etc.), mas principalmente naquelas em que, à condição de pobreza, associa-se a carência de infraestrutura e equipamentos públicos na prestação de serviços de saúde e a ausência de políticas específicas para combatê-la, particularmente aquelas atinentes à medicina preventiva.

A incidência da **mortalidade neonatal** (aquela que ocorre até o 28º dia após o nascimento) também chama a atenção em São Paulo. Mais da metade (50,2%) do total de óbitos de menores de um ano de idade ocorre no período neonatal. A redução desse tipo de óbito depende diretamente de melhoria no acompanhamento médico-hospitalar no período pré-natal, no parto e no pós-parto.

A taxa de **mortalidade materna** (medida por cem mil nascimentos) constitui mais uma variável associada às condições de pobreza e de insuficiência na estrutura médico-hospitalar disponível. Para efeito de comparação, vale lembrar que, em 1998, nos Estados Unidos, essa taxa situava-se no patamar de 7,1 por cem mil, enquanto que, no Estado de São Paulo, para o mesmo ano, era de 45,6 e no Município de São Paulo, atingia o nível de 58,3. Também no caso da mortalidade materna, sua incidência pode ser facilmente reduzida se ações preventivas forem desenvolvidas, especialmente junto às populações de baixa renda.

Tabela 8

Taxa de Mortalidade Materna
Estado de São Paulo e Município de São Paulo - 1990/1999

Ano	Taxa Mortalidade Materna ⁽¹⁾	
	Estado	Município
1990	53,7	51,3
1991	48,9	49,6
1992	44,2	44,2
1993	46,9	49,5
1994	50,4	42,5
1995	46,3	52,3
1996	41,6	49,9
1997	49,0	60,2
1998	45,6	58,3
1999	41,4	47,3

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Elaboração CIS/ SES

(1) Taxa por 100 mil nascidos vivos

Quanto à **mortalidade por AIDS**, a despeito da queda geral de óbitos que se observa a partir de 1995, observa-se também uma mudança no perfil dos atingidos, tanto espacialmente, com o deslocamento da epidemia para as regiões periféricas, quanto em termos de gênero, pois ela atinge hoje menos os homens e mais as mulheres, particularmente aquelas de menor poder aquisitivo.

O progressivo envelhecimento da população e a melhoria nas condições de atendimento médico, embora ocorrendo de forma desigual no território nacional, vem tendo reflexos diretos no **perfil da mortalidade**. Para a média da população, vêm se reduzindo os óbitos provocados por doenças infecciosas (típicas da pobreza e da infância) e vêm aumentando as mortes por doenças crônico-degenerativas, especialmente em centros urbanos melhor dotados de infra-estrutura médico-hospitalar.

No Município de São Paulo, no período de 1996 a 2000, as principais causas de morte foram, pela ordem, as doenças do aparelho circulatório, os tumores e cânceres, as causas externas (principalmente homicídios e acidentes de trânsito), as doenças do aparelho respiratório, as doenças infecciosas e as doenças do aparelho digestivo.

Um dado que chama a atenção é o aumento da **mortalidade por causas externas** no município, fator esse que, desde 1998, constitui a principal causa de morte para a população masculina da cidade. Mas estas causas incidem de maneira diferenciada sobre os vários segmentos da população e assim, os perfis de mortalidade estão relacionados com os diferentes graus de exposição aos fatores de risco e oportunidades de acesso aos serviços de saúde, entre outros aspectos, gerados pelas desigualdades nas condições de vida.

Os homicídios corresponderam, em 2000, a 65,2% do total de óbitos da categoria causa externa. O segundo motivo, os acidentes de trânsito, tiveram uma participação de 12,7% no total de mortes por causas externas. Tem-se verificado, para o Município de São Paulo, a partir de 1997, um crescimento contínuo da taxa geral de homicídios, que passou de 47,38 por cem mil habitantes para 57,45 por cem mil no ano 2000. Os índices mais elevados (superiores a 80,0 por cem mil habitantes) correspondem aos verificados em distritos da periferia das zonas sul, leste e norte, tais como Capão Redondo, Jardim Ângela, Guaianazes e Brasilândia. Alguns distritos da zona central, como Sé e Brás também apresentam elevadas taxas de homicídios.

Quanto aos acidentes de trânsito, observou-se uma redução nas ocorrências com vítimas fatais. Assim a taxa que indica o número de vítimas fatais por cem mil habitantes, passou de 18,59 em 1996 para 11,22 em 2000. A entrada em vigor do novo Código Nacional de Trânsito (janeiro/1998), que prevê penalidades rigorosas aos infratores, aliada ao trabalho de fiscalização, pode, seguramente, ser associada à redução no número de mortes por este tipo de causa.

As causas externas matam de forma significativa mais homens do que mulheres. Das mortes por causas externas verificados em 2000, 86% eram de homens e 14% de mulheres. A população masculina (especialmente aquela situada na faixa etária entre 15 e 40 anos) é a mais atingida. Quanto aos homicídios, 92,5% das vítimas são do sexo masculino. Quanto às vítimas de acidentes de trânsito, 77% são homens.

Rede Pública de Equipamentos de Saúde

A eficácia e a efetividade da rede pública de equipamentos de saúde no atendimento à população numa metrópole como São Paulo está relacionada ao seu dimensionamento físico, à distribuição dos equipamentos no território municipal e à forma de gestão e hierarquização da rede.

As tabelas 9 e 10 a seguir mostram a oferta de equipamentos públicos de saúde no município, tanto no que diz respeito ao atendimento básico quanto no que tange ao atendimento de especialidades médicas. As tabelas mostram ainda a participação de cada nível de governo na oferta desses equipamentos. O fato de o município ter ficado, até o ano de 2000, ausente do Sistema Único de Saúde (SUS) é o que explica a preponderância verificada da participação do nível estadual de governo, visto que só no presente exercício iniciou-se o processo de municipalização da saúde, já bastante adiantado em todos os demais municípios do estado de São Paulo.

Tabelas 9 e 10

Unidades de Atendimento Básico à Saúde por Rede

Município de São Paulo

1999

Município de São Paulo	415
Rede Municipal	144
Posto de Atendimento à Saúde	100
Unidade Básica de Saúde	44
Rede Estadual	254
Centro de Saúde	145
Unidade Básica de Saúde/Ambulatório	109
Rede Federal	17
Posto de Atendimento Médico	17

*Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Assessoria de Planejamento - ASPLAN e
Secretaria Estadual da Saúde - Centro de Informações da Saúde - CIS*

Unidades de Atendimento Especializado à Saúde por Rede

Município de São Paulo

1999

Município de São Paulo	257
Rede Municipal	100
Centro de Convivência e Cooperativa	13
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	5
Hospital - Dia em Saúde Mental	14
Pronto-Socorro	12
Unidade de Atendimento Domiciliar	1
Laboratório	1
Ambulatório de Especialidades	18
Consultório Odontológico	2
Centro Orientação e Apoio Sorológico - DST/AIDS	25
Centro de Referência em Saúde da Mulher	1
Centro de Referência Infantil	2
Centro de Referência em Farmacodependência	5
Clínica Oftalmológica	1
Rede Estadual	157
Casa Aids	1
Instituto/Pesquisa	8
Clínica Especializada	16
Centro de Atendimento ao Desenvolvimento Infantil	23
Clínica Odontológica	6
Serviços de Diagnose e Terapia	80
Unidade Móvel	23

*Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Assessoria de Planejamento - ASPLAN e
Secretaria Estadual da Saúde - Centro de Informações da Saúde - CIS*

No que diz respeito á rede hospitalar, o Município dispunha, em 1999, de 34.537 leitos, espalhados em 199 unidades hospitalares (vide tabelas 11 e 12 abaixo). O coeficiente entre o número de leitos e o número de habitantes indicava uma disponibilidade de 3,47 leitos/mil habitantes, abaixo, portanto do padrão preconizado pela OMS, que é de 4,5 leitos/mil.

Numa cidade do porte de São Paulo, os hospitais, ao contrário do que ocorre com as unidades voltadas ao atendimento básico, servem não apenas a população local. Pelo grau de especialização dos serviços que oferecem, o atendimento prestado pelos hospitais estende-se a áreas que ultrapassam o âmbito municipal e mesmo estadual. Apesar dessa característica, que impõe limites a uma leitura do numero de leitos disponíveis feita estritamente no nível do município, nota-se que há uma concentração das unidades hospitalares nas regiões Centro e Sul do município, já que 63,7% dos leitos disponíveis na cidade são oferecidos por hospitais nelas localizados, enquanto que, na populosa zona Leste localizam-se apenas 14,9% dos leitos hospitalares do município.

Tabela 11

Hospitais e Leitos por rede
Município de São Paulo
1999

UNIDADES	REDE MUNICIPAL		REDE ESTADUAL		REDE PARTICULAR		TOTAL	
	Hospital	Leito	Hospital	Leito	Hospital	Leito	Hospital	Leito
MSP	17	2.750	37	13.895	145	17.892	199	34.537

Fonte : Secretaria Municipal de Saúde – Assessoria de Planejamento ASPLAN/PLAN
Secretaria Estadual de Saúde – Centro de Informações de Saúde / CIS

Tabela 12

Coeficiente de Leitos Gerais
Município de São Paulo
1999

Unidades Territoriais	População (1)	Total de Leitos	Coeficiente de Leitos Gerais (2)
MSP	9.957.234	34.537	3,47

Fonte : Secretaria Municipal de Saúde – Assessoria de Planejamento ASPLAN/PLAN
Secretaria Estadual de Saúde – Centro de Informações de Saúde / CIS

(1) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Estimativa Sempla com base nos censos de 1991 e 1996

(2) Segundo a Organização Mundial de Saúde o Coeficiente de leitos gerais internacionalmente aceito é de 4,5/mil habitantes

Consideradas as informações acima apresentadas sobre as condições de saúde da população, as desigualdades aí existentes e a infra-estrutura de equipamentos disponível na cidade, são as seguintes as diretrizes que deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada na área da saúde no município de São Paulo, nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- implementar políticas visando a universalidade, equidade e integralidade na prestação dos serviços de saúde no município.
- efetivar o processo de municipalização da saúde, habilitando o município não só à gestão plena da saúde básica, como à gestão plena do sistema.
- descentralizar as ações e serviços e efetivar políticas locais, pensadas e implementadas em âmbito distrital.
- priorizar ações e serviços de saúde de forma direta pelo poder público.
- articular ações intersetoriais que incidam sobre os determinantes das condições de vida.
- assegurar o atendimento integral de indivíduos, grupos e coletividade por meio da atuação de equipes multidisciplinares, com ênfase na medicina preventiva.
- aumentar a oferta de equipamentos públicos e modernizar e aparelhar as unidades de saúde.
- requalificar e desenvolver recursos humanos para garantir o funcionamento dos postos de saúde com atendimento por profissionais especializados.
- garantir o acesso dos munícipes às informações de interesse da saúde; garantir sistema local de informações para tomadas de decisão e intervenções imediatas necessárias a manutenção das condições de saúde da população.
- fortalecer o Conselho Municipal de Saúde e organizações distritais.
- restabelecer o poder deliberativo dos fóruns do SUS.
- implementar o Programa de Saúde da Família.
- Implementar programas de saúde visando grupos específicos (mulher, idoso, trabalhador, portadores de necessidades especiais etc.).
- Implantar e ampliar programas voltados a especialidades médicas.
- implantar e coordenar sistemas de vigilância sanitária, epidemiológica, de controle de zoonoses e laboratórios de Saúde Pública.

5. Cultura

A cidade de São Paulo destaca-se como um dos principais pólos culturais do país, sediando grande número de eventos, para os quais são indispensáveis a existência e adequação dos equipamentos do setor. A cidade conta com 190 salas, com aproximadamente 97.000 assentos, destinadas à encenação de peças de teatro, realização de shows e concertos. Neste segmento, a iniciativa privada representa mais de 80% dos locais e assentos.

Existem ainda no município 203 salas de cinema, num total de aproximadamente 50.000 assentos, sendo a quase totalidade pertencente à iniciativa privada. Para a realização de atividades culturais diversas, a cidade conta com 43 locais, os conhecidos Centros ou Espaços Culturais, sendo 33 do setor público (11 do governo do estado e 22 da Prefeitura). A esfera pública (Estado e Município) possui, também, 65% dos museus da cidade. O Município tem uma rede de 63 bibliotecas, distribuídas por toda a cidade, sendo 36 delas infanto-juvenis, além da Biblioteca Central (Mário de Andrade), cujo porte e acervo extrapolam os limites de São Paulo.

Essa substantiva oferta de equipamentos garante as condições materiais para uma vida cultural pujante e diversificada. Contudo, uma parte substantiva da população não se beneficia dessa característica da cidade. O acesso mais difícil das áreas periféricas aos equipamentos culturais, o baixo nível de renda de sua população, a pequena oferta de espetáculos gratuitos, a falta de incentivo derivada do baixo nível de instrução e do enorme espaço ocupado pela mídia televisiva no tempo livre dessas camadas são todos fatores que se combinam no sentido do diagnóstico de que há também um substantivo deficit cultural no município e que atinge parcelas específicas de sua população. Dado esse diagnóstico, são as seguintes as diretrizes que deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- descentralizar equipamentos e serviços.
- incentivar participação da população através de fóruns de cultura.
- criar espaços culturais nas diversas regiões.
- realizar eventos e “produzir” cultura nas áreas mais distantes do centro.
- Implantar programas culturais específicos para incentivar os jovens e adolescentes das regiões periféricas.
- utilizar as escolas municipais como espaços de produção e convívio cultural por meio de políticas setoriais integradas.
- Incentivar e apoiar manifestações de cultura popular e étnico-culturais.
- envolver a comunidade na identificação e proteção do patrimônio artístico-cultural.

- criar, ampliar e conservar acervos e equipamentos culturais: teatros, centros-culturais, bibliotecas, museus e casas de cultura.
- integrar equipamentos culturais aos setores da área social da administração.
- preservar os bens de valor histórico, artístico e cultural, paisagens naturais e construídas, sítios arqueológicos e referências urbanas.

6. Esportes, Lazer e Recreação

A participação da Prefeitura na rede de equipamentos voltada às atividades esportivas na capital é bastante significativa: dos 655 equipamentos já cadastrados na cidade (os dados das redes estadual e particular encontram-se em fase de atualização) cerca de 632 pertencem à municipalidade.

Tabela 13
Equipamentos de Esportes, Lazer e Recreação

Região	Equipamentos por Rede								
	Municipal							Estadual	Particular
	Total	Pequeno Porte ⁽¹⁾	Médio porte ⁽²⁾	Grande Porte ⁽³⁾	Total	Desativado/ Abandonado	Total	Grande Porte ⁽³⁾	
Geral				Municipal		Ativo			
MSP	655	565	38	29	632	132	494	4^(*)	19^(*)

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação / SEME.

Elaboração: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano / Sempla - Departamento de Informações / Deinfo.

⁽¹⁾ Centros Desportivos Municipais, Campos, Modelódromos e outros

⁽²⁾ Centros Educacionais e Esportivos Balneários e Mini Balneários

⁽³⁾ Clubes Desportivos, Estádios, Centro Olímpico, Autódromo

^(*) Dados em fase de atualização

Deste contingente, aproximadamente 90% são considerados equipamentos de pequeno porte, a grande parte constituída por unidades esportivas autônomas, administrados por entidades da sociedade civil e geralmente localizados em regiões mais periféricas.

Os equipamentos de médio porte – centros educacionais e esportivos, balneários e mini balneários – diretamente administrados pela Prefeitura, localizam-se majoritariamente em áreas mais tradicionais, mas também são encontrados em alguns (poucos) distritos periféricos. Entretanto, o uso destes equipamentos fica prejudicado em razão de muitos deles encontrarem-se em situação precária, necessitando de reformas. Aliás, essa é uma das razões pelas quais 132 dos 632 equipamentos municipais encontram-se desativados ou abandonados, necessitando, portanto, de um programa urgente de recuperação para serem reincorporados ao patrimônio esportivo municipal.

A Prefeitura mantém ainda 29 equipamentos considerados de grande porte, e que sediam os grandes eventos esportivos da capital. As informações atualmente disponíveis

indicam que as redes pública e particular contribuem com equipamentos de grande porte para a realização de atividades esportivas na capital – os quais, além das atividades cotidianas, também colaboram na realização dos importantes eventos da cidade.

Quanto ao número de eventos realizados, embora se observe recentemente um expressivo aumento tanto em seu número quanto no da parcela da população neles envolvida, este número é ainda muito reduzido para uma cidade do tamanho de São Paulo, bem como é ainda inexpressiva a participação da população nessas atividades. Considerando-se o papel que as atividades de esportes, lazer e recreação podem e devem desempenhar na prevenção da criminalidade, principalmente no tocante às crianças e adolescentes das regiões mais carentes, disponibilizando equipamentos e pessoal para a realização de eventos que visem o desenvolvimento e bem-estar físico e mental destes segmentos, a situação acima apontada está muito longe da ideal.

As diretrizes que deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada nos próximos quatro anos no município, na área de esportes e lazer, foram desenhadas visando, primordialmente, reverter essa situação.

Diretrizes

- descentralizar equipamentos e serviços.
- otimizar o uso da rede de equipamentos esportivos através de programação intersecretarial.
- desenvolver programações esportivas e de lazer com a participação e recursos da comunidade local.
- Desenvolver programação de esportes e lazer em parcerias com outras esferas de governo e com a sociedade civil.
- formar ou aperfeiçoar recursos humanos de suporte às atividades de esporte, cultura e lazer, integrando-os com programas de inserção e reinserção de mão-de-obra no mercado.
- desenvolver programação específica para crianças e adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais e demais grupos vulnerabilizados.
- retomar o controle e a finalidade pública dos equipamentos municipais recuperando suas instalações.
- implementar programas educacionais de conservação e utilização adequada dos equipamentos municipais.
- ampliar horários de atendimento nas unidades desportivas municipais.
- incentivar e apoiar a criação de entidades desportivas e clubes nas regiões periféricas.

- utilizar as escolas públicas, nos finais de semana, para a realização de atividades integradas nas áreas de esporte, lazer e cultura; estimulando a capacitação de monitores locais.
- criar cursos básicos de formação nas diversas modalidades esportivas direcionados a crianças e adolescentes e incentivar a prática de esportes através de competições.
- estabelecer parcerias com a iniciativa privada para fornecimento de material de apoio às atividades nos finais de semana e torneios esportivos em geral.
- fomentar o aproveitamento de espaços em vias públicas para lazer e recreação nos finais de semana (ruas de lazer).

7. Segurança Pública

A evolução do número de crimes ocorridos na cidade de São Paulo na última década confirma a inclusão da cidade dentre as mais violentas do mundo. No período 1990-1998, observa-se um aumento de 34% no total de crimes ocorridos na capital, o que elevou em 26% o índice de vítimas por 100.000 habitantes no período (vide tabela 14, a seguir).

Tabela 14

Crimes Registrados
Município de São Paulo -1990 e 1998

Ano	Total de Crimes (1)	Vítima por 100.000 hab (2)
1990	337.127	3.536
1998	451.627	4.414

(1) inclui crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, contra a Incolumidade pública e outros.

(2) População Estimada 1990 - 9.535.201 habitantes
1998 - 10.232.037 habitantes

Fonte: Secretaria de Segurança Pública/SP

Das diversas modalidades de crimes, duas chamam especialmente a atenção: os crimes contra a pessoa, que envolvem os homicídios, as tentativas de homicídios e os acidentes de trânsito, representando 20% do total, e os crimes contra o patrimônio, ou seja, os furtos e roubos em geral, que respondem por 75% do total de ocorrências criminosas.

Tabela 15
Crimes quanto à Natureza
Município de São Paulo – 1990 e 1998

Natureza do Crime	1990		1998	
	N	%	N	%
Contra a Pessoa	95.194	28,2	91.973	20,4
Contra o Patrimônio	228.106	67,7	338.111	74,9
Contra a Incolumidade Pública	3.480	1,0	4.855	1,1
Contra os Costumes	3.726	1,1	3.102	0,7
Outros	6.621	2,0	13.586	2,9
Total	337.127	100,0	451.627	100,0

Fonte: Secretaria de Segurança Pública/SP
Fundação Seade

A tabela 15 mostra um crescimento expressivo dos crimes contra o patrimônio no anos 90, uma vez que o aumento de ocorrências desse tipo no período foi de 42%. O roubo de veículos responde por parte substantiva desse aumento, visto que o número dessas ocorrências cresceu em 78%, passando de 6 para 10 veículos roubados por hora.

Igualmente preocupante é a elevada taxa média de 71 homicídios ou tentativas de homicídio para cada 100.000 habitantes. Esse indicador revela não apenas a efetivação mas também a intenção do homicídio, o que, do ponto de vista da segurança pública é igualmente significativo. Essa taxa elevada, entretanto, distribui-se de forma diferenciada no território da capital, havendo regiões onde a ocorrência de homicídios é mínima (normalmente em áreas de bom padrão sócio-econômico) e outras onde a incidência é bastante elevada (áreas carentes e geralmente periféricas).

Considerando tal situação, são as seguintes as diretrizes que devem nortear os gastos em investimentos e programas de duração continuada na área de segurança pública nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- aproximar a comunidade dos agentes de segurança, mediante descentralização dos serviços.
- assegurar o policiamento preventivo dos próprios municipais.
- estimular a criação de conselhos distritais para elaboração e execução de planos de redução da violência.
- controlar e reduzir violência local através de ações múltiplas e integradas entre unidades locais da Prefeitura.
- desenvolver projetos para adolescentes e jovens adultos em condições de vulnerabilidade social, para evitar sua inserção na criminalidade.
- proceder a reciclagem dos recursos humanos vinculados à segurança, através de treinamento e avaliação.

- recuperar a vocação dos espaços públicos da cidade para uso pelos cidadãos.
- mobilizar a sociedade pela redução das desigualdades e contra as práticas de violência.
- integrar e coordenar ações de segurança com questões de trânsito e defesa civil.
- elaborar políticas de educação de trânsito

8. Abastecimento

A cidade conta, atualmente, com 31 sacolões e 13 mercados Municipais, que têm o intuito de oferecer à população maior qualidade e menor preço nos alimentos ofertados. Quanto aos bares, lanchonetes e restaurantes, a Prefeitura tem exercido rigorosa fiscalização a fim de garantir aos seus frequentadores, de todos os níveis, alimentação saudável, coordenando ainda o atendimento às reclamações sobre ruídos produzidos em ambientes fechados.

Além disso, a política de abastecimento do município envolve o fornecimento de merendas aos alunos das creches e escolas municipais. Com as mudanças implementadas no presente exercício, como a introdução do jantar, são 900 mil as refeições servidas a cada dia nas 870 escolas e 305 creches da rede municipal. Além disso, as creches conveniadas recebem também da Prefeitura os alimentos não perecíveis e as frutas do cardápio.

O fornecimento da merenda, bem como sua permanente melhora, procura beneficiar, com a garantia de uma alimentação saudável e equilibrada, um dos segmentos mais vulneráveis da população, que é o das crianças pertencentes a famílias de baixa renda. Outro programa que busca o mesmo objetivo é o leve-leite, que auxilia no combate à desnutrição infantil.

Contudo, muitos segmentos da população, particularmente aqueles de mais baixa renda e residentes nas regiões mais periféricas da cidade são ainda penalizados pela ausência de oportunidades de adquirir alimentos a baixo custo.

Dado esse quadro, são as seguintes as diretrizes que deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada na área de abastecimento no município nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- reduzir os preços dos alimentos pelo aperfeiçoamento e ampliação de serviços (feiras, mercados municipais, e sacolões) e apoio à iniciativas das empresas privadas e da comunidade.
- desenvolver estudos inter-secretariais sobre redução da cadeia de intermediação, para reduzir custos dos estabelecimentos de pequeno porte na periferia.

- efetuar o levantamento de áreas cobertas disponíveis para cooperativas de alimentos e restaurantes comunitários.
- efetuar o levantamento de novas áreas para sacolões, varejões e postos de venda de produtos de safra com participação comunitária.
- efetuar o levantamento de áreas disponíveis para a implantação de feiras confinadas, especialmente em regiões com distribuição rarefeita.
- utilizar mão-de-obra local na comercialização e distribuição dos produtos.
- implementar programas de controle de qualidade de produtos agrícolas.
- aperfeiçoar alternativas de abastecimento nos conjuntos habitacionais.
- expandir a rede de distribuição de alimentos processados para alunos da rede municipal, população excluída, e moradores de rua (restaurantes Comunitários).
- estimular a implantação de hortas comunitárias e domiciliares propiciando assistência técnica e material.
- estimular organizações comunitárias voltadas para o abastecimento alimentar: cooperativas de consumo, grupos de compra, associações de compras comunitárias e hortas comunitárias
- capacitar e unificar as ações dos diversos órgãos envolvidos com o abastecimento alimentar.
- intervir no abastecimento em situações de emergência, em articulação com as demais esferas de governo e com as instituições privadas.

9. Serviços de Utilidade Pública

- desenvolvimento humano com qualidade de vida numa cidade como São Paulo exige qualidade e garantia de oferta nos serviços de utilidade pública e a acessibilidade dos mesmos a todas as camadas da população. Isto implica, por parte do poder municipal, uma gestão integrada com os concessionários e prestadores de serviços e o desenvolvimento de interfaces com as demais esferas de governo.

No caso da **energia elétrica**, a operação do sistema de distribuição no município de São Paulo está a cargo da Eletropaulo, empresa controlada pelo grupo americano AES. A empresa foi dividida em unidades autônomas de negócios e serviços abrangendo sua área de concessão. A oferta de energia é dinâmica e pode estar sendo modificada à medida que forem introduzidos novos investimentos. A maior restrição encontra-se na capacidade de geração de energia e não na distribuição da mesma. O consumo de energia na cidade de São Paulo distribui-se nas classes e percentuais a seguir (dados de 1998): industrial - 22%, comercial e serviços - 28%, residencial - 39% e outras atividades - 11%.

No que diz respeito ao **abastecimento de água**, a prestação desse serviço está, desde 1973, totalmente a cargo da SABESP. Atualmente, 100% do município está coberto pela rede de abastecimento de água. O Município de São Paulo é servido por três sistemas: **Cantareira** - que produz 31 m³ por segundo, sendo que a água é captada e tratada na Estação de Guaraú, atendendo as regiões norte, centro, parte da leste e parte da oeste do município; **Guarapiranga** - que produz 13 m³ por segundo e, através das Estações Alto da Boa Vista e Teodoro Ramos, atende a zona sul da cidade; e **Alto Tietê** – que, implantado em 1993, com os reservatórios de Jundiaí e Taiacupeba, produz 10 m³ por segundo e atende a região leste da cidade. O consumo per capita da cidade é de 180 litros/dia, estimando-se em 30% a perda de água ao longo das tubulações. A SABESP, operando em 31 municípios da RMSP, dispõe de 22,8 mil quilômetros de redes, 119 reservatórios, além de 1.340 km de rede adutora.

Quanto à **coleta e tratamento de esgotos**, é também, a SABESP a responsável pelo serviço. Em 1992, iniciou-se o Projeto Tietê, que consiste num conjunto de obras destinadas a ampliar a capacidade de coleta, interceptação e tratamento dos esgotos da Região Metropolitana de São Paulo. Na conclusão da primeira fase, os resultados foram expressivos: aumento de 67% para 85% na coleta de esgotos e, de 22% para 60%, no tratamento dos esgotos coletados. O sistema de esgotos é formado pelas estações de Barueri (9,5 mil litros por segundo), Suzano (1,5 mil litros por segundo), ABC (3 mil litros por segundos), Parque Novo Mundo (2,5 mil litros por segundo) e São Miguel (1,5 mil litros por segundo).

Um dos grandes problemas da cidade diz respeito à **drenagem urbana**. A drenagem plúvio-fluvial está intimamente ligada à urbanização. A multiplicação de construções e atividades, especialmente quando desordenadas, majoram significativamente a ocorrência do fenômeno natural das enchentes. A solução deste problema, especialmente em várzeas e fundos de vale, consiste em diminuir a freqüência e a gravidade das enchentes, que fazem parte da história da cidade e cuja freqüência nunca deixou de crescer. Esse fenômeno foi crescendo naturalmente, como consequência da substituição da vegetação por espaços densamente impermeabilizados. Essas causas, bem conhecidas, têm sido pouco controladas, resultando então em efeitos que demandam correções excessivamente onerosas.

Outro problema grave da cidade está relacionado à questão dos **resíduos sólidos**. Considerando-se que cada habitante produz, hoje, entre 0,8 kg a 1,3 kg de lixo por dia (dependendo do poder aquisitivo da área considerada), tem-se um volume total aproximado de 14 mil toneladas/dia de resíduos coletados regularmente. Deste total, 82,8% são resíduos domiciliares e 16,5%, entulho, dispostos em apenas dois aterros sanitários, o Sítio São João, situado no extremo leste da cidade e o Aterro Bandeirantes, em Perus, que ainda recebe diariamente cerca de duas mil toneladas de resíduos industriais. Ambos os aterros estão com a vida útil praticamente esgotada e, segundo especialistas, suas operações têm encerramento previsto num prazo inferior a 5 anos.

Os resíduos dos serviços de saúde (pouco menos de 100 ton/dia) são tratados em sua quase totalidade na Unidade de Tratamento do Jaguaré, pelo processo de desativação eletrotérmica, sendo os resíduos encaminhados para o Aterro Sítio São João.

A coleta seletiva, ainda que estabelecida por lei municipal, é praticamente inexistente. Resume-se a cerca de 130 toneladas por mês, apesar do potencial existente para a reciclagem. A quantidade de materiais recicláveis no lixo gerado é estimada em cerca de 48% de matéria orgânica, 17% de plástico, 16% de papel, 3% de metais ferrosos, 1% de metais não ferrosos (alumínio), e 1% de vidro.

Quanto às **telecomunicações**, é patente, nos últimos anos, a multiplicação da oferta desses serviços na cidade, com o crescimento constante de terminais telefônicos, da telefonia móvel, das redes de TV a cabo, de sistemas computadorizados em rede, de microcomputadores etc.. Todavia, uma parcela substantiva da população ainda está excluída desses benefícios, particularmente do acesso a computadores e da comunicação via internet.

Dado o quadro acima apresentado, são as seguintes as diretrizes que nortearão os gastos em investimentos e programas de duração continuada na área de prestação de serviços públicos no município nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- assegurar iluminação adequada nas vias e logradouros públicos.
- assegurar sistema de esgoto adequado às necessidades da população.
- estimular pesquisa e implantação de processos de tratamento local.
- assegurar recuperação e controle da qualidade ambiental dos mananciais.
- universalizar o acesso de todas as camadas da população à comunicação eletrônica por meio de programas de inclusão digital
- ampliar e manter a capacidade de escoamento, regularização, reservação e retenção dos rios, córregos e estruturas hidráulicas mediante: a) preservação e recuperação do controle de impermeabilização do solo urbano; b) implantação de sistemas de retenção temporária das águas pluviais para regularizar o escoamento superficial; c) desassoreamento e limpeza dos cursos d'água, canais e galerias do sistema de drenagem; d) tratamento dos fundos de vale cobertos ou descobertos paisagisticamente.
- impedir a ocupação das cabeceiras de drenagem; preservar ou recuperar a vegetação ali existente.
- assegurar espaço para sistemas de drenagem, de áreas verdes e obras.
- elaborar plano municipal de drenagem integrado ao do Alto Tietê.
- assegurar manutenção das vazões já ocorrentes.

- racionalizar gestão e implantação de obras hidráulicas.
- definir áreas de drenagem como não edificantes; incluí-las no zoneamento ambiental, definir usos do solo para essas áreas.
- criar mecanismos de fomento para usos do solo como: parques lineares, recreação e lazer, hortas comunitárias e preservação de vegetação nativa.
- criar e implementar programa de coleta seletiva de lixo.
- desenvolver campanhas de divulgação/informação para a população quanto à importância das normas de disposição adequadas dos resíduos domiciliares.
- aumentar a capacidade instalada de aterros sanitários da cidade.
- sensibilizar e induzir o setor produtivo para reintrodução de resíduos e para redução de descartes na produção.

10. Desenvolvimento Urbano

A questão Ambiental

Intensificada nos últimos 50 anos, a expansão urbana no Município de São Paulo, deu-se de modo indiferente às limitações e potencialidades de seu sítio natural, avançando indiscriminadamente sobre os fundos de vales e terrenos com altas declividades. Tal processo, associado às sucessivas crises econômicas e à ausência e descontinuidade das políticas públicas, produziu uma cidade dual, tanto do ponto de vista social, como ambiental.

Este modelo de apropriação do espaço, expressão dos padrões de produção opostos aos interesses coletivos, compromete sua sustentabilidade urbana e obriga a maioria da população a conviver em situação de precária qualidade ambiental, consequência da supressão de áreas com cobertura vegetal natural, da impermeabilização excessiva do solo, da erosão, das enchentes, das alterações do clima urbano, da perda da qualidade dos mananciais de abastecimento, do incremento dos agravos à saúde, causados pela poluição do ar e pelas áreas contaminadas, etc.

Com uma área total de 1512 km², a cidade apresenta 870 km² de área urbanizada, onde as dificuldades de acesso à moradia impelem mais da metade da população à adoção de "soluções-problema", como favelas, cortiços, invasões e parcelamentos clandestinos. Cerca de um 1,9 milhão de pessoas moram nas mais de 1800 favelas cadastradas, sendo que, desse total, 65% ocupam áreas municipais originalmente destinadas à implantação de áreas verdes.

Os parcelamentos clandestinos, que ocupam cerca de 500 Km², e onde moram em torno de 2,5 milhões de habitantes, além de não contarem com infra-estrutura mínima, avançam cada vez mais em direção às áreas de proteção ambiental, como, ao norte, na direção da Serra da Cantareira e ao sul na Área de Proteção de Mananciais.

A população excluída do mercado formal, dentro da lógica de construção da cidade real, ocupa os terrenos com maior fragilidade natural, promovendo a supressão da cobertura vegetal e a execução de terraplenagens drásticas. Tais práticas tornam os solos expostos, que quando associados a altas declividades, propiciam a instalação de processos erosivos e escorregamentos.

Desta forma, além de constituírem novas áreas de risco, somadas às cerca de 900 já existentes, contribuem com grande volume de sedimentos, assoreando os córregos e rios (cerca de 95% do volume total de 1,5 milhões de m³ retirados anualmente das calhas dos rios Tietê e Pinheiros). Essa situação, associada à ocupação desordenada das várzeas, à impermeabilização do solo e à solução de canalização dos córregos que imperou nas últimas décadas, vem agravando progressivamente as enchentes, que totalizaram no ano de 2000, 24 Km² de áreas inundáveis, em 400 pontos distribuídos pela cidade.

Ainda com relação à questão ambiental, outro grave problema que a cidade enfrenta, já anteriormente comentado, é a questão da geração, tratamento e disposição final dos seus resíduos sólidos.

A qualidade do ar é outro elemento importante na avaliação da qualidade ambiental da cidade e a região metropolitana, e, em especial, a cidade de São Paulo, vem sofrendo intensamente os efeitos da deterioração da qualidade do ar. Os veículos automotores constituem a principal fonte dessa deterioração. Hoje, a cidade conta com uma frota de veículos superior a 4 milhões, muitos com idade acima de 10 anos, e 12 mil ônibus urbanos.

A poluição do ar em conjunto com a supressão da vegetação e o avanço da urbanização contribuem para a alteração do clima urbano, com o aumento de temperatura nas áreas mais centrais e em áreas periféricas desprovidas de áreas verdes. Há, também, aumento nos índices pluviométricos nas áreas centrais, gerando precipitações repentinas e torrenciais, agravando as enchentes.

A questão do verde

A cidade perdeu, no período de 1986 a 1999, cerca de 30% de sua cobertura vegetal, principalmente nas áreas mais periféricas. Essa supressão foi mais efetiva na zona norte, ao longo da faixa limítrofe ao Parque Estadual da Cantareira; na zona leste, próximo a APA do Carmo e no distrito de Iguatemi; na zona sul, no Grajaú, Parelheiros, Jardim Ângela e Pedreira. A relação direta com a urbanização pode ser feita quando se observa a taxa de crescimento populacional destas áreas, entre 1991 e 1995, superior a 40%, em oposição ao decréscimo observado nas áreas mais centrais.

Atualmente, o município conta com 31 parques municipais, 8 parques estaduais, 3 áreas de Proteção Ambiental estadual e 1 Área de Proteção Ambiental municipal. Encontra-se em fase de implantação o Parque do Rodeio, na zona leste, em parceria com a iniciativa privada.

A cidade tem hoje um déficit significativo de espaços públicos e de vegetação, num quadro de difícil reversão, considerando que nas regiões de urbanização consolidada, praticamente são inexistentes áreas para a implantação de novos parques. Nas regiões

de expansão urbana, a maioria dos terrenos com vegetação arbórea são particulares e, portanto, teoricamente mais suscetíveis ao parcelamento clandestino, que causam a supressão da vegetação existente e não fornecem novas áreas para estoque público de espaços livres, onde se incluem as áreas verdes.

A questão do Patrimônio Histórico e Cultural

A Prefeitura de São Paulo, procurando preservar os bens culturais da cidade, selecionou os edifícios mais marcantes, ou pela antiguidade, ou pelo interesse artístico-arquitetônico, e criou as Zona de Uso Z8200. Hoje existem 140 zonas de uso Z8.200, que abrangem mais de 1.000 imóveis, com formas diferentes de proteção: integral, externa ou restrições especiais.

O CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação - tem a sua efetiva ação iniciada em 1988 com o tombamento de próprios municipais e, posteriormente, com os processos de tombamento dos bairros da Bela Vista, Anhangabaú, núcleo histórico da Freguesia do Ó, Pacaembú e Perdizes. Ultimamente, foram realizados estudos abrangendo a proteção dos visuais das áreas da Lapa e Vila Madalena, bairro da Moóca e sua industrialização ao longo da linha férrea.

A questão dos transportes

A extensão aproximada da malha viária é de 16.000 Km no Município de São Paulo, conforme dados obtidos pelo GEOLÓG 2.1 (Base Digital de São Paulo). A frota total de veículos no Município, em 1999, de acordo com o Detran e o Setor de Transportes da Sempla/Deinfo, era de 4.880.019 veículos, assim distribuídos: automóveis 79,9%, ônibus 1,1%, caminhões 3,1%, utilitários 7,8%, motos e motonetas 7,0% e outros 1,2%.

O número de passageiros transportados no Município, em 1999, de acordo com a CPTM, METRÔ-SP, SPTrans e Sempla/Deinfo, totalizou 1.875.173.870 passageiros, distribuídos como segue: ônibus 59,5%, trem 5,4% e metrô 35,1%. Considerando-se a média dos dias úteis, foram transportados no Município, em 2000, conforme dados do Metrô, SPTrans e Sempla/Deinfo, através de metrô 1.664.593 passageiros e através de ônibus 3.746.726 passageiros.

Uma informação importante, é que quando se compara, o total de passageiros transportados pelos meios coletivos em 1999 com o mesmo número em 1995, verifica-se uma queda de 32,5%, assim distribuídos: ônibus -43,3%, trem -12,7% e metrô - 5,1%. Isto indica o enorme incentivo que existe na cidade para que seus munícipes utilizem o transporte individual, ao invés do coletivo. A racionalidade individual aqui, como em tantos outros casos, gera uma irracionalidade social visto que complica não só as possibilidades de se trafegar rapidamente pela cidade como a questão da qualidade do ar. As causas dessa situação, porém, são objetivas e só o poder público tem condições de atuar para revertê-la melhorando a oferta e a qualidade do transporte público.

A questão habitacional

As informações sobre o perfil econômico da população residente na cidade demonstram que os distritos periféricos apresentam as piores condições socio-econômicas do município. Estes distritos compõem os grupos considerados como de baixa e muito baixa condição sócio-econômica, aglutinados conforme as seguintes variáveis: distribuição territorial, perfil etário, nível de renda, escolaridade, condições de saúde, condições de habitação e segurança e perfazem a um total de 37 distritos municipais.

As áreas de terrenos destinadas ao uso residencial representam cerca de 48% do total do Município (TPCL 2000), dos quais o uso residencial horizontal e vertical de baixo padrão corresponde a cerca de 20,3% da área total. Os terrenos vazios representam 17,3% da área total do Município. O acréscimo de área construída de uso residencial de baixo padrão, tanto o horizontal como o vertical, tem aumentado, no período de 1991 a 1999, no Sul Extremo (Capão Redondo, Jardim São Luis, Socorro, Cidade Dutra e outros), e Leste Extremo (Aricanduva, Sapopemba, Itaquera e outros) cerca de 33,6% e 47,6%, respectivamente.

Os dados disponíveis sobre o universo de habitações subnormais são precários. Entretanto a estimativa feita pela PMSP-SEHAB, com base em cadastros e pesquisas amostrais, indica que o total de habitantes que vivem em moradias precárias pode chegar a cerca de 2,8 milhões. São consideradas habitações subnormais, os domicílios localizados em favelas, os cortiços e as moradias auto construídas em loteamentos irregulares.

A Produção Habitacional Institucional do Município dá-se através da PMSP-SEHAB, que atua em programas de ação local como o Programa Guarapiranga e Billings, e Área Central; em planos de urbanização para áreas ocupadas por habitações precárias; e programas de regularização fundiária de loteamentos clandestinos.

A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB, desde a sua fundação até dezembro de 2000, construiu 133.478 unidades habitacionais. Esta produção está concentrada nos distritos periféricos da zona Leste, como Cidade Tiradentes, José Bonifácio, Artur Alvim e Sapopemba. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU também tem atuado no município de São Paulo, principalmente na construção de conjuntos habitacionais e em reformas, reciclagens e construções de prédios para população que vive em cortiços.

A cidade está se renovando e assumindo um novo perfil. Ela está se tornando mais compacta, mais densa e menos residencial. A proporção de terrenos vazios vem decrescendo, sendo hoje de 17%. O adensamento se acentua com o aumento da área construída, hoje de 385,3 milhões de m², à qual se acrescentam anualmente 10,6 milhões de m²; enquanto que a proporção da área construída residencial vem diminuindo, passando de 67% em 1980 para 63% em 2000.

Sendo este, grosso modo, o quadro caracterizador do desenvolvimento urbano recente da cidade, devem ser as seguintes as diretrizes que nortearão os gastos com investimentos e programas de duração continuada no município nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- incorporar áreas verdes particulares ao Sistema de Áreas Verdes do Município.
- Implementar parcerias com terceiros para manutenção e ampliação de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados.
- manter e ampliar arborização de ruas; criar faixas verdes e parques lineares, ampliando as áreas verdes e permeáveis.
- controlar a ocupação de fundos de vale, áreas de inundação, mananciais, áreas de alta declividade e cabeceiras de drenagem; preservar ou recuperar vegetação para eliminar riscos ambientais.
- controlar a excessiva impermeabilização do solo; incentivar a não-pavimentação; em casos mais intensos de enchentes e instalar dispositivos de acumulação de águas pluviais.
- exigir Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para empreendimentos de impacto na área urbana.
- prever áreas para implantação de rede de esgotos, coletores troncais e sistema de tratamento.
- controlar e reduzir níveis de poluição de ar, água, sonoro, visual e do solo; recuperar recursos naturais degradados.
- regular, fiscalizar e controlar deslocamentos de cargas perigosas ou superdimensionadas.
- definir normas para edificações urbanas visando conservação de água e energia.
- assegurar o princípio constitucional de destinação precípua de áreas verdes.
- estimular operações imobiliárias que assegurem a preservação, proteção e recuperação do meio-ambiente e de áreas públicas.
- garantir a continuidade e permeabilidade de faixas de área verde através de malha de parques lineares nos vales.
- ampliar áreas verdes nos vales, aumentando retenção de águas pluviais.
- criar parques lineares ao longo de córregos e vales.
- realocar as populações implantadas junto aos cursos d'água.
- ampliar e articular logradouros públicos arborizados.
- mobilizar a população para participar na destinação e manutenção de áreas verdes.
- avaliar viabilidade de plano de recuperação para uso público de áreas mais vulneráveis ambientalmente e sujeitas à inundações.

- cadastrar e mapear todas as área públicas.
- planejar a implantação dos equipamentos sociais de acordo com a demanda atual e projetada, considerando infra-estrutura, acesso, transporte, etc.
- elaborar plano de ocupação de áreas de médio e grande porte de forma a evitar a ocupação desordenada.
- implementar política de desapropriação de áreas, acompanhada de avaliação técnica e urbanística.
- promover junto à população uma estratégia de valorização e apoio às ações de segurança dos espaços públicos.
- viabilizar ações intersecretariais para ocupação dos espaços públicos, possibilitando a implantação de equipamentos de múltiplo uso.
- viabilizar parcerias com a iniciativa privada e poder público na administração, gestão e exploração dos espaços públicos.
- elaborar normas para a preservação de bens culturais, vegetação significativa e referências urbanas.
- revitalizar áreas degradadas, especialmente a central.
- preservar a identidade dos bairros pela valorização de sua história, sociedade e cultura.
- valorizar e incentivar a preservação, reciclagem e revitalização do patrimônio histórico-cultural.
- captar recursos em áreas de interesse histórico ou cultural para sua preservação e revitalização.
- incentivar a preservação e recuperação do patrimônio natural e histórico-cultural assim como marcos de identidade urbana.
- disponibilizar informações sobre patrimônio histórico-cultural para a população.
- Educar e sensibilizar a opinião pública sobre a importância e necessidade de preservação de seu patrimônio.
- implantar novas vias ou melhoramentos viários em áreas em que o sistema for deficiente, com prioridade para o transporte coletivo.
- adequar a oferta de transporte público à demanda atual ou projetada aproveitando seus efeitos indutores às propostas de usos e ocupação do solo.
- reduzir a disputa entre o ônibus, caminhão e automóvel pelo espaço das vias, priorizando o transporte coletivo, especialmente em área consolidada.

- dar tratamento urbanístico adequado às vias da rede estrutural de transportes, garantindo a segurança dos cidadãos e a preservação de patrimônio ambiental, paisagístico e arquitetônico.
- racionalizar e integrar os diversos modos de transporte;
- assegurar o desempenho dos sistemas viários e de transportes em uma visão metropolitana.
- investir em sistema viário em áreas de urbanização incompleta para sua estruturação e ligação inter-bairros.
- proteger a circulação de pedestres, ciclistas, idosos, deficientes físicos e crianças.
- solucionar conflitos de trânsito causados por movimentação de carga através de zoneamento de tráfego e de uso do solo.
- propor alternativas para a movimentação de cargas, atendendo necessidades de abastecimento e produção de bens e serviços
- disciplinar a oferta de estacionamentos, de modo compatível com uso e ocupação do solo, com o sistema viário e respeitando as condições ambientais; facilitar estacionamento junto a terminais e estações.
- compatibilizar implantação e funcionamento de estabelecimentos e interferência na circulação de veículos e pedestres.
- incentivar tecnologias veiculares redutoras de poluição ambiental e que proporcionem maior conforto e segurança a passageiros e transeuntes.
- Aumentar a oferta de unidades habitacionais para população de baixa renda com acessibilidade, infra-estrutura, equipamentos sociais, de lazer e de cultura.
- priorizar programas habitacionais para população residente em imóveis ou áreas insalubres, de risco ou espaços destinados a bens de uso comum.
- criar normas e instrumentos urbanísticos e de fiscalização para impedir ocupação predatória de novas áreas.
- preservar áreas de mananciais, de risco e bens de uso comum através da integração entre programas habitacionais e de educação ambiental.
- integrar programas habitacionais aos sociais e de geração de renda e trabalho que garantam o direito à moradia e estimulem a valorização do espaço público e de seu uso coletivo.
- desenvolver projetos habitacionais que considerem as características da população local, suas formas de organização e condições físicas e econômicas.
- regularizar jurídica e urbanisticamente assentamentos precários.

- construir unidades habitacionais para população de baixa e média renda em áreas vazias ou subutilizadas nas regiões com infra-estrutura e mais centrais.
- recuperar edifícios sub-utilizados para moradia de baixa e média renda especialmente na área central.
- incentivar participação da iniciativa privada e sociedade civil na produção e recuperação da habitação.
- utilizar recursos de valorização imobiliária associada à operação urbana para programas habitacionais de interesse social nas áreas de operação urbana.
- promover associação e cooperação entre moradores de favelas, cortiços e assentamentos insalubres para efetivação de programas habitacionais e de revitalização.
- implementar mecanismos de financiamento a longo prazo para população de baixa renda e investir recursos orçamentários a fundo perdido para minorar o problema habitacional dessas camadas.
- realizar parcerias com universidades e institutos de pesquisa para desenvolvimento de alternativas de menor custo, maior qualidade e produtividade das edificações residenciais.
- Compatibilizar a legislação de parcelamento e uso do solo com as condições ambientais e de infra-estrutura, especialmente de circulação e transporte coletivo.
- coibir a retenção especulativa de solo urbano através de instrumentos constitucionais; assegurar a recuperação para a coletividade de valorização imobiliária decorrente de ação do poder público.
- direcionar recursos de valorização imobiliária resultante ação do poder público para obras de infra-estrutura urbana e sistema viário, recuperação ambiental e habitação de interesse social.
- definir as áreas de cumprimento da função social da propriedade urbana, nos termos do parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal
- estabelecer exigências e sanções para controle do impacto da implantação de empreendimentos que representem sobrecarga na capacidade da infra-estrutura, inclusive viária ou danos ao ambiente natural e construído.
- aplicar instrumentos constitucionais e os previstos em legislação federal, para a intervenção do poder público associado à iniciativa privada, visando transformações urbanísticas significativas.
- disciplinar o uso do solo nas áreas de conservação ambiental, especialmente mananciais e incentivar implantação de atividades compatíveis com a preservação dos recursos hídricos.

- prever uma relação equilibrada entre áreas construídas e livres de modo a garantir o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a qualidade da paisagem urbana.